



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE RIO BRANCO LTDA.
CNPJ: 01.608.685/0001-16
BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Valores em Reais (R\$)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Discriminação	NOTA	2019	2018	Discriminação	NOTA	2019	2018
Circulante		73.481.834	55.672.727	Circulante		94.830.491	89.120.739
Disponibilidades	04	1.787.548	782.183	Depósitos	12	65.771.327	67.385.962
Relações Interfinanceiras	05	24.803.752	28.046.017	Depósitos à Vista		21.108.856	16.638.916
Centralização Financeira		24.803.752	28.046.017	Depósitos a Prazo		44.662.471	50.747.046
Operações de Crédito	06	46.224.122	26.302.995	Recur. de Aceites Cambiais / Letras Imobiliarias	13	737.643	-
Operações de Crédito - Setor Privado		49.552.237	28.026.272	Obrigação por Emissão de Letras de Crédito Agronegócio		737.643	-
(-) Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa		(3.328.115)	(1.723.277)	Relações Interfinanceiras	14	12.188.201	10.677.496
Outros Créditos	07	617.973	427.656	Repasse Interfinanceiros		12.188.201	10.677.496
Avais e Fianças		411.172	201.655	Relações Interdependências		56.094	-
Rendas a Receber		190.806	109.391	Recursos em Trânsito de Terceiros		56.094	-
Diversos		324.300	240.828	Obrigações por Empréstimos	15	12.500.000	8.000.000
(-) Provisão para Outros Créditos		(308.305)	(124.218)	Outras Obrigações	16	3.577.226	3.057.281
Outros Valores e Bens	08	48.439	113.876	Cobrança e Arrec. de Trib. e Ass.	16a	18.158	29.106
Despesas Antecipadas		48.439	113.876	Sociais e Estatutárias	16b	469.751	278.357
				Fiscais e Previdenciárias	16c	217.435	223.230
				Diversos	16d	2.871.882	2.526.588
Não Circulante		61.363.417	57.025.767	Não Circulante		10.042.328	-
Realizável a Longo Prazo		55.444.327	51.302.279	Relações Interfinanceiras	14	10.042.328	-
Operações de Crédito	06	59.224.085	53.984.798	Repasse Interfinanceiros		10.042.328	-
(-) Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa		(3.779.758)	(2.682.519)	Patrimônio Líquido	19	29.972.432	23.577.755
Investimentos	09	2.436.831	2.236.081	Capital Social	19a	21.871.631	18.163.121
Ações e Cotas		2.436.831	2.236.081	Reservas de Sobras	19b	4.568.637	3.088.302
Imobilizado de uso	10	3.473.756	3.472.625	Sobras do Exercício	19c	3.532.164	2.326.332
Outras Imobilizações de Uso		2.579.444	2.401.486				
Imóveis de Uso		1.910.555	1.910.555				
(-) Depreciações Acumuladas		(1.016.243)	(839.416)				
Intangível	11	8.503	14.782				
Softwares		27.138	37.425				
(-) Amortizações Acumuladas		(18.635)	(22.643)				
TOTAL DO ATIVO		134.845.251	112.698.494	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		134.845.251	112.698.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Nilton Ghiotti de Siqueira
Diretor Presidente

James Gley Maia da Costa
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE RIO BRANCO LTDA.

CNPJ: 01.608.685/0001-16

Demonstração das Sobras ou Perdas
Exercícios findos de 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	NOTA	2º Semestre 2019	2019	2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20	9.957.175	18.855.750	14.429.077
Operações de Crédito		9.912.068	18.810.643	14.429.000
Títulos e valores mobiliários		-	-	77
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-
Resultado de Operações de Câmbio		-	-	-
Resultado de operações compulsórias		45.107	45.107	-
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		-	-	-
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		-	-	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(3.688.601)	(8.417.861)	(6.234.324)
Operações de Captação no Mercado	12b	(1.382.646)	(2.833.863)	(2.586.245)
Operações de Empréstimos e Repasses		(901.482)	(1.644.290)	(470.643)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.404.473)	(3.939.708)	(3.177.436)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		6.268.574	10.437.889	8.194.753
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS		(1.874.813)	(3.933.054)	(3.439.113)
Receitas de Prestação de Serviços		803.515	1.298.972	770.568
Receitas de Tarifas Bancárias		405.835	834.222	724.016
Despesas de Pessoal	21	(2.429.616)	(4.580.161)	(3.955.199)
Outras Despesas Administrativas	22	(1.765.737)	(3.512.972)	(2.812.909)
Despesas Tributárias		(104.230)	(175.225)	(110.621)
Outras Receitas Operacionais	23	960.962	1.572.955	1.085.499
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		643.729	1.367.922	1.164.117
Outras Despesas Operacionais	24	(389.271)	(738.767)	(304.584)
RESULTADO OPERACIONAL		4.393.760	6.504.836	4.755.640
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	25	(22.078)	37.151	(67.170)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.		4.371.682	6.541.987	4.688.470
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		200.590	-	(139.564)
Provisão para Imposto de Renda		120.869	-	(75.788)
Provisão para Contribuição Social		79.721	-	(63.776)
				-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(193.713)	(324.853)	(306.352)
JUROS AO CAPITAL PRÓPRIO	26	(683.873)	(1.171.185)	(815.591)
SOBRAS ANTES DAS DESTINAÇÕES		3.694.687	5.045.948	3.426.964
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS			(1.513.784)	(1.100.633)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social			(75.689)	(166.166)
Reserva Legal			(378.446)	(830.833)
Perdas Cooperativa Incorporada CBCred			-	(103.634)
SOBRAS DO EXERCÍCIO		3.694.687	3.532.164	2.326.331

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Nilton Ghiotti de Siqueira
Diretor Presidente

James Gley Maia da Costa
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE RIO BRANCO LTDA.
CNPJ: 01.608.685/0001-16

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos de 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	Capital Social	(-) Capital a Realizar	Reservas de Lucro	Sobras/ Perdas() Acumuladas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	14.399.031	(129.495)	2.013.844	1.992.007	18.275.387
Integralizações/Subscrições de Capital	1.487.722	(181.235)	-	-	1.306.487
Efeitos da Incorporação da CBCred	812.022	-	49.736	(103.634)	758.124
Incorporação de Sobras	1.258.681	-	-	(1.258.681)	-
Destinação das Sobras para a Reserva Legal	-	-	193.889	(193.889)	-
Distribuições de Sobras	-	-	-	(539.437)	(539.437)
Devolução de Capital	(274.079)	-	-	-	(274.079)
Incorporação de Juros ao Capital	790.474	-	-	-	790.474
Sobras	-	-	-	3.426.965	3.426.965
Destinação das Sobras:	-	-	830.833	(996.999)	(166.166)
Reserva Legal	-	-	830.833	(830.833)	-
Fundo de Assistencia Tecnica, Educacional e Social	-	-	-	(166.166)	(166.166)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	18.473.851	(310.730)	3.088.302	2.326.332	23.577.755
Saldos em 31 de dezembro de 2018	18.473.851	(310.730)	3.088.302	2.326.332	23.577.755
Integralizações/Subscrições de Capital	1.777.823	(180.160)	-	-	1.597.663
Incorporação de Sobras	1.475.784	-	-	(1.475.784)	-
Destinação das Sobras para a Reserva Legal	-	-	218.074	(218.074)	-
Distribuições de Sobras	-	-	-	(632.474)	(632.474)
Devolução de Capital	(524.725)	-	774	-	(523.951)
Incorporação de Juros ao Capital	1.159.788	-	-	-	1.159.788
Sobras	-	-	-	5.045.948	5.045.948
Destinação das Sobras:	-	-	1.261.487	(1.513.784)	(252.297)
Reserva Legal	-	-	1.261.487	(1.261.487)	-
Fundo de Assistencia Tecnica, Educacional e Social	-	-	-	(252.297)	(252.297)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	22.362.521	(490.890)	4.568.637	3.532.164	29.972.432

Nilton Ghiotti de Siqueira
Diretor Presidente

James Gley Maia da Costa
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE RIO BRANCO LTDA.

CNPJ: 01.608.685/0001-16

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos de 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	Notas	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(4.092.891)	7.496.162
Sobras ajustadas		9.167.564	6.744.793
Sobras antes da tributação e participações		6.541.987	4.688.470
Depreciações e amortizações		181.907	140.392
Provisão de Juros ao capital		(1.171.185)	(815.591)
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa		3.939.708	3.177.436
Participações nas Sobras		(324.853)	(306.352)
IRRF/CSLL		-	(139.563)
(Aumento) redução nos Ativos		(28.127.764)	(42.190.910)
Títulos e Valores Mobiliários		-	5.135
Operações de Crédito		(28.002.883)	(41.982.493)
Outros Créditos		(190.318)	(107.302)
Outros Valores e Bens		65.437	(106.250)
Aumento (redução) nos Passivos		14.867.309	42.942.280
Depósitos		(1.614.635)	26.329.250
Outras Obrigações		(364.827)	(326.925)
Recur. de Aceites Cambiais / Letras Imobiliarias		737.644	-
Relações Interfinanceiras		11.553.033	8.939.955
Obrigações por Repasses Interfinanceiros		4.500.000	8.000.000
Relações Interdependências		56.094	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(377.509)	(1.600.310)
Aumento dos Investimentos		(200.751)	(327.807)
Aquisições do Imobilizado		(177.958)	(1.266.794)
Intangível		1.200	(5.709)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		2.233.500	2.581.006
Integralizações de Capital		1.597.663	1.306.487
Incorporação de Cotas de Capital		-	-
Devolução de Capital		(524.725)	(274.079)
Sobscrição de Juros ao Capital		1.159.788	790.474
Efeitos da Incorporação da CBCred		774	758.124
Fundo de Reserva		-	-
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e centralização financeira)		(2.236.900)	8.476.858
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / Semestre		28.828.200	20.351.342
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre		26.591.300	28.828.200
(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa		(2.236.900)	8.476.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Nilton Ghiotti de Siqueira
Diretor Presidente

James Gley Maia da Costa
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RIO BRANCO LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO DE 2019 E 2018

Valores em reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RIO BRANCO LTDA. - SICOOB UNIRBO**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 10 de setembro de 1996, filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB UNIRBO** possui 2 Postos de Atendimento (PA's) nas seguintes localidades: **RIO BRANCO - AC**.

O **SICOOB UNIRBO** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva 30/01/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisão para demandas judiciais

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e Equivalente de caixa

Em **31 de dezembro de 2019 e de 2018**, o caixa e equivalente de caixa estavam assim representadas.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	1.787.548	782.183
Centralização Financeira	24.803.752	28.046.017
TOTAL	26.591.300	28.828.200

5. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2019 e de 2018**, as aplicações em Relações Interfinanceiras referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto a **Central SICOOB UNI** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015. Os rendimentos auferidos com a centralização financeira totalizaram R\$ 1.367.992 em 2019 e R\$ 1.164.177 em 2018.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	27.695.608	33.792.096	61.487.704	55.155.382
Financiamentos	6.598.916	12.794.147	19.393.063	13.509.825
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	15.257.713	12.637.842	27.895.555	13.345.863
Total de Operações de Crédito	49.552.237	59.224.085	108.776.322	82.011.070
(-) Provisões para Operações de Crédito	(3.328.115)	(3.779.758)	(7.107.873)	(4.405.796)
TOTAL	46.224.122	55.444.327	101.668.449	77.605.274

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA - Normal	-	-	-	-	-	78.516	-
A 0,50% Normal	19.649.191	4.007.041	6.934.598	30.590.830	(152.954)	23.735.739	(118.679)
B 1% Normal	13.800.106	6.398.900	10.176.310	30.375.316	(303.753)	26.837.219	(268.372)
B 1% Vencidas	239.000	-	-	239.000	(2.390)	307.384	(3.074)
C 3% Normal	15.253.563	6.801.505	8.577.797	30.632.865	(918.986)	22.397.735	(671.932)
C 3% Vencidas	379.047	47.548	-	426.595	(12.798)	268.611	(8.058)
D 10% Normal	4.721.143	1.044.259	1.674.784	7.440.186	(744.019)	2.858.498	(285.850)
D 10% Vencidas	176.089	151.884	2.301	330.274	(33.027)	663.692	(66.369)
E 30% Normal	1.889.742	203.343	423.231	2.516.316	(754.895)	1.141.048	(342.314)
E 30% Vencidas	1.066.511	417.323	-	1.483.834	(445.150)	409.980	(122.994)
F 50% Normal	1.493.109	48.237	-	1.541.346	(770.673)	710.363	(355.182)
F 50% Vencidas	102.692	54.552	-	157.244	(78.622)	35.984	(17.992)
G 70% Normal	61.846	-	106.534	168.380	(117.867)	1.205.806	(844.064)
G 70% Vencidas	287.822	50.169	-	337.991	(236.594)	198.605	(139.024)
H 100% Normal	445.032	3.818	-	448.850	(448.849)	431.459	(431.459)
H 100% Vencidas	1.922.812	164.483	-	2.087.295	(2.087.296)	730.433	(730.433)
Total Normal	57.313.732	18.507.103	27.893.254	103.714.089	(4.211.997)	79.396.381	(3.317.852)
Total Vencidos	4.173.973	885.959	2.301	5.062.233	(2.895.876)	2.614.689	(1.087.944)
Total Geral	61.487.704	19.393.063	27.895.555	108.776.322	(7.107.873)	82.011.070	(4.405.796)
Provisões	(5.494.727)	(850.124)	(763.022)	(7.107.873)	-	(4.405.796)	-
Total Líquido	55.992.977	18.542.939	27.132.533	101.668.450	-	77.605.274	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	12.727.381	14.968.228	33.792.095	61.487.704
Financiamentos	1.878.565	4.720.350	12.794.148	19.393.063
Financiamento s Rurais e Agroindustriais	1.994.777	13.262.936	12.637.842	27.895.555

TOTAL	16.600.723	32.951.514	59.224.085	108.776.322
--------------	-------------------	-------------------	-------------------	--------------------

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/ TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	846.334	59.771	-	906.105	1%
Setor Privado - Serviços	23.807.788	11.099.861	853.656	35.761.305	33%
Pessoa Física	36.833.582	8.233.431	27.041.899	72.108.912	66%
TOTAL	61.487.704	19.393.063	27.895.555	108.776.322	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	4.405.795	2.005.932
Constituições / Reversões	3.760.939	3.266.914
Transferência para Prejuízo	(1.058.862)	(867.050)
TOTAL	7.107.872	4.405.796

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	3.076.789	3,00%	2.298.376	3,00%
10 Maiores Devedores	19.430.135	18,00%	14.751.586	18,00%
50 Maiores Devedores	52.630.963	48,00%	38.031.091	46,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	5.606.830	5.038.065
Valor das operações transferidas no período	1.058.862	867.050
Valor das operações recuperadas no período	(516.531)	(298.284)
TOTAL	6.149.161	5.606.831

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças Honrados (a)	411.172	201.655
Rendas a Receber(b)	190.806	109.391
Diversos	324.300	240.828
Adiantamentos e Antecipações Salariais	-	30.000
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	126.149	90.191
Impostos e Contribuições a Compensar	101.683	1.223
Títulos e Créditos a Receber	32.438	18.892
Devedores Diversos - País	54.730	100.522
(-) Provisões para Outros Créditos a)	(308.305)	(124.218)
TOTAL	617.973	427.656

a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de cobrança contratual.

b) Rendas a receber de tarifa de convênios de terceiros e de rendimentos da centralização financeira da Cooperativa Sicoob UNIRBO na Central Sicoob Uni.

c) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas Antecipadas	48.439	113.876
TOTAL	48.439	113.876

Registram-se neste grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas da **Central SICOOB UNI** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito – Central Sicoob UNI	2.216.479	2.060.123
Participações inst financ controlada coop crédito - Bancoob	220.352	175.958
TOTAL	2.436.831	2.236.081

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	1.119.226	1.102.398	
Terrenos	891.000	891.000	
Edificações	1.019.555	1.019.555	
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(309.265)	(268.483)	4%
Instalações	280.858	269.343	
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(52.837)	(25.369)	10%
Móveis e equipamentos de Uso	620.804	589.961	
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(302.961)	(247.668)	10%
Sistema de Comunicação	40.062	40.062	
Sistema de Processamento de Dados	488.086	372.833	20%
Sistema de Segurança	30.408	26.889	10%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(351.180)	(297.896)	20%
TOTAL	3.473.756	3.472.625	

- a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas

11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Outros Ativos Intangíveis	27.138	37.425
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(18.635)	(22.643)
TOTAL	8.503	14.782

12. Depósitos

Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré- estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “Pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósito à Vista	21.108.856	16.638.916
Depósito a Prazo	44.662.471	50.747.046
TOTAL	65.771.327	67.385.962

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	4.636.210	7%	10.497.712	16%
10 Maiores Depositantes	21.565.442	33%	27.957.839	42%
50 Maiores Depositantes	40.162.173	61%	46.067.913	69%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos a Prazo	(2.796.257)	(2.508.588)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(12.743)	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(24.863)	(77.657)
TOTAL	(2.833.863)	(2.586.245)

13. Recursos de aceite e emissão de títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	2019	Taxa média	2018	Taxa média
Despesa Letras de Crédito do Agronegócio	(12.743)	0,32%	-	-

14. Relações interfinanceiras

Recursos obtidos junto ao Bancoob para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	12.188.201	10.677.496
Recursos do Bancoob	12.694.192	11.779.545
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(505.991)	(1.102.049)
Não Circulante	10.042.328	-
Recursos do Bancoob	11.008.128	-
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(965.800)	-
TOTAL	22.230.529	10.677.496

15. Obrigações por Empréstimos

Crédito rotativo obtido junto a Central Sicoob Uni das Cooperativas de Crédito para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro.

Instituições	31/12/2019	31/12/2018
Recursos da Central	12.500.000	8.000.000
TOTAL	12.500.000	8.000.000

16. Outras Obrigações

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
IOF a recolher (I)	18.149	23.113
Operações com Títulos e Valores Mobiliários (II)	9	5.993
TOTAL	18.158	29.106

(I) São alocados nesta conta as provisões dos Impostos sobre operações Financeiras (IOF), que são recolhidas a cada decêndio.

(II) São alocados nesta rubrica o IOF das aplicações e regaste em RDC.

b) Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Atos com Associados (I) – FATES	296.171	166.167
Resultado de Atos com Não Associados - FATES	101.628	101.627
Cotas de Capital a Pagar (II)	71.952	10.563
TOTAL	469.751	278.357

(I) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(II) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

c) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
-----------	------------	------------

Impostos e contribuições a recolher	217.435	223.230
ISSQN a Recolher	7.371	6.334
INSS a Recolher	73.218	80.298
IRRF a Recolher	114.534	112.737
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	758	602
FGTS a Recolher	13.775	14.962
PIS a Recolher	2.536	3.250
COFINS a Recolher	5.243	5.048
TOTAL	217.435	223.230

d) Diversas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos - Fornecedores	74.353	79.849
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	568.968	459.074
Provisão para Pagamentos a Efetuar com Pessoal da Cooperativa (b)	1.169.083	995.359
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	739.075	791.101
Credores Diversos – País	320.403	201.206
TOTAL	2.871.882	2.526.588

- a) O saldo é composto principalmente por obrigações de Convênios e Cartões de Terceiros.
- b) Refere-se à provisão para pagamento de despesas com Pessoal, outras Despesas Administrativas e outros pagamentos.
- c) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

17. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB UNIRBO**, em 31 de dezembro de 2019 não existem demandas em desfavor à cooperativa com chance de perda provável ou possível.

18. Instrumentos financeiros

O **SICOOB UNIRBO** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

19. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	21.871.631	18.163.121
Quantidade de Associados	2.742	2.542

b) Reserva de Sobras

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **25%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

As sobras do ano de **2018** a disposição da Assembleia Geral Ordinária, realizada em **15/03/2019**, é de **R\$ 2.326.332**, sendo que o valor de **R\$ 1.475.784,00** foi distribuído no capital, **R\$ 218.074,00** foi destinado para a Reserva Legal da Cooperativa e **R\$ 632.474,23** distribuído ao cooperado via conta corrente.

d) Destinações estatutárias e legais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobra líquida do exercício	5.045.948	3.426.964
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	5.045.948	3.426.964
Reserva legal - 25%	(1.261.487)	(830.833)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(252.297)	(166.167)
	-	(103.634)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	3.532.164	2.326.331

20. Receitas da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	111.457	87.898
Rendas de Empréstimos	13.007.898	11.018.774
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	756.019	330.418
Rendas de Financiamentos	2.868.152	2.251.008
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	592.066	125.445
Rendas Finan. Rurais - Aplic. c/ Recursos Direcionados à vista	631.731	230.911
Rendas Finan. Rurais - Aplic. c/ Recursos Direcionados Poup. Rural	385.660	86.007
Rendas de Títulos de Renda Fixa	-	77
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	457.660	298.539
Renda de créditos vinculados ao crédito rural	45.106	
TOTAL	18.855.750	14.429.077

21. Despesas de Pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
-----------	------------	------------

Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(86.325,00)	(90.069,54)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.120.273,31)	(1.069.103,38)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(702.070,72)	(525.548,07)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(806.824,68)	(735.161,81)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.768.346,69)	(1.465.785,01)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(82.114,90)	(69.530,69)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(14.205,56)	0,00
TOTAL	(4.580.160,86)	(3.955.198,50)

22. Outras Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(20.762,93)	(21.791,94)
Despesas de Aluguéis	(1.281,86)	(355,80)
Despesas de Comunicações	(94.632,26)	(85.083,93)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(123.198,61)	(72.648,21)
Despesas de Material	(45.350,21)	(41.884,68)
Despesas de Processamento de Dados	(79.286,35)	(68.967,67)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(56.266,45)	(22.585,68)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(14.766,23)	(17.495,21)
Despesas de Publicações	(680,00)	0,00
Despesas de Seguros	(63.148,51)	(21.913,00)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.197.922,53)	(852.408,81)
Despesas de Serviços de Terceiros	(169.762,60)	(137.698,29)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(80.173,56)	(71.899,09)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(134.139,47)	(118.354,27)
Despesas de Transporte	(179.443,68)	(98.797,28)
Despesas de Viagem ao Exterior	(19.442,84)	(1.680,00)
Despesas de Viagem no País	(224.346,12)	(186.285,90)
Despesas de Multas Aplicadas pelo Banco Central	0,00	(126,83)
Despesas de Amortização	(5.080,40)	(5.232,51)
Despesas de Depreciação	(176.826,97)	(135.159,71)
Outras Despesas Administrativas	(87.622,26)	(164.097,62)
Emolumentos judiciais e cartorários	(31.367,61)	(547,30)
Contribuição a OCE	(570,00)	(1.098,46)
Rateio de despesas da Central	(397.151,62)	(430.395,83)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(309.749,08)	(256.401,19)
TOTAL	(3.512.972,15)	(2.812.909,21)

23. Outras Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	46.433,82	464.935,86
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	349.619,80	0,00
Dividendos	23.868,10	15.978,10
Deduções e abatimentos	1.703,06	0,00
Outras rendas operacionais	124.422,63	119.588,73
Rendas oriundas de cartões de crédito	1.026.907,19	484.996,33
TOTAL	1.572.954,60	1.085.499,02

24. Outras Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(85,44)	0,00
Despesas de Provisões Passivas	(467.943,16)	(126.254,65)
Outras Despesas Operacionais	(215.449,05)	(114.132,14)
Descontos concedidos - operações de crédito	(2.549,68)	(5.412,14)
Cancelamento - tarifas pendentes	(52.739,30)	(58.784,95)
TOTAL	(738.766,63)	(304.583,88)

25. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ganhos de Capital	99.917	7.797
Outras Rendas não Operacionais	21.547	1.172
Perdas de Capital	(76.296)	(76.138)
Outras Despesas não Operacionais	(7.946)	-
Despesas De Provisões Não Operacionais	(71)	-
TOTAL	37.151	(67.170)

26. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa reconheceu juros ao capital próprio de R\$ 1.171.185, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.

27. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2019**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	14.086.028	8,67%	45.742
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	3.623.057	2,23%	42.325
TOTAL	17.709.084,82	10,90%	88.067
Montante das Operações Passivas	3.124.730	5,99%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2019**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	22.082	644	4%
Conta Garantida	3.879	39	0,36%
Crédito Rural	4.468.042	40.115	16%
Empréstimo	2.433.089	31.963	4%
Financiamento	2.892.922	31.155	15%
Títulos Descontados	173.738	1.737	4%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.116.260	5%	0%
Depósitos a Prazo	10.158.729	22%	0%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Desconto de Cheques	1,75%
Empréstimos	1,95%
Financiamento	1,29%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	98,61%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	3,47%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	2,10%
Credito Rural (modalidades)	1,51%
Aplicações Financeiras	5,99%

No exercício de **2019** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e cédulas de presença, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Cédula De Presença - Conselho Fiscal	86.325
Honorarios	903.311
Cédula De Presença - Diretoria E Conselho De Administração	138.050
Gratificações Da Diretoria	74.752
Outras Desp. Diretoria E Conselho Administração	4.160
TOTAL	1.206.598

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	9.223.421
Empréstimo	1.512.584
Financiamento	6.900.870

28. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RIO BRANCO LTDA. - SICOOB UNIRBO**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB UNI**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNI** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

29. Gerenciamento de Risco

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas tem por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

29.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

29.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;

- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

29.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

29.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

29.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

29.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

30. Seguros contratados

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência	29.680.490	23.186.050
Capital Principal - CP	12.088.518	9.668.140
Nível I	12.088.518	9.668.140
Índice de Basileia %	29,46%	28,78%
Razão de Alavancagem (RA) %	20,61%	19,20%
Índice de imobilização %	11,70%	14,98%
Ativos Ponderados pelos Riscos	100.737.649	80.567.830

Nilton Ghiotti de Siqueira
Diretor Presidente

James Gley Maia da Costa
Diretor Administrativo

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco Ltda. – Sicoob UNIRBO
Rio Branco/AC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Rio Branco Ltda. – Sicoob UNIRBO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob UNIRBO em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Sicoob UNIRBO é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual da Administração, quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório Anual da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 14 de fevereiro de 2020.




Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC DF – 019481/O-4
CNAI 2090